

**IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens
S/A. - em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024

Senhores Acionistas.

A Administração da IESA PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Diretoria

Preliminarmente vale destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos decorreram principalmente da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva.

Temos grandes expectativas para o exercício de 2025 cujo um dos principais objetivos é a conclusão do plano de pagamento das dívidas concursais e renegociação das dívidas extraconcursais e, a partir disso aceleramos nossas atividades comerciais com uma carteira de pedidos sólida e de médio e longo prazo.

Tudo isso decorre da real possibilidade da infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial.

Portanto, 2024 foi um ano em que sedimentamos o caminho para o efetivo soerguimento da Companhia haja visto haverem negociações de ativos em andamento que nos permitirão alcançar os objetivos traçados nos últimos anos.

Conseguimos concluir nosso recadastro junto à Petrobras, o que nos permitirá a participação em projetos EPC, os quais estamos trabalhando na consolidação de parcerias que nos permitam ser competitivos nesse mercado.

Vamos dedicar nossos esforços nos mercados *core* tradicionais da Companhia, como Óleo e Gás e Energia, sem contudo deixar de buscar oportunidades em novos mercados e novas tecnologias que sempre marcaram a trajetória do Grupo Inepar.

Outro importante ponto que estamos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024

parque industrial da Inepar. Acreditamos que a aprovação poderá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2025.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A integra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, www.inepar.com.br na área de relação com investidores, publicações e documentos.

Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial para nossas instalações.

1) Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial

- Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R\$ 167,1 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de outubro/25 para os impostos previdenciários e setembro/29 para os demais impostos.
- Leilão de venda das UPI's IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US\$ 153 milhões, sendo que até o momento não foi concluída a operação.
- Utilização da empresa ENISA Inovação e Infraestrutura S/A, para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/Iesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente;
- Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu efetuar o cadastramento junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso soerguimento;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2025, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.
A mudança na Lei das ZPE's trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, gerando pelo Brasil um grande número de ZPE's. Estados Unidos e China são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024

2) Desempenho do Exercício de 2024

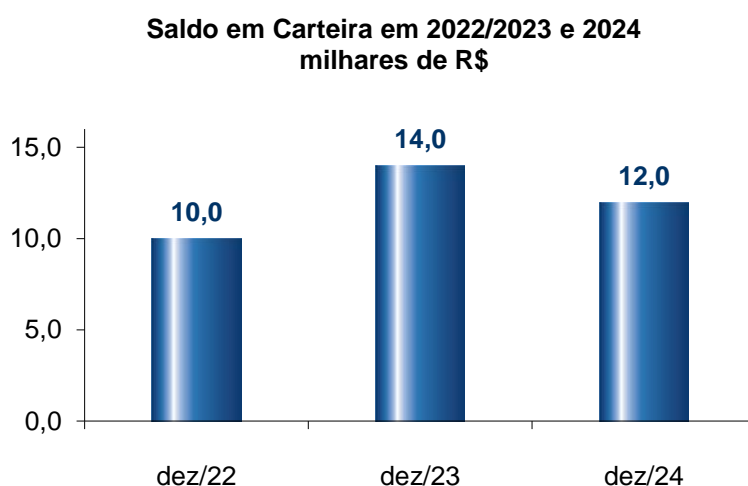
Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R\$ 5.7 milhões, valor menor que o ano de 2023, que foi de R\$ 7,9, em função das dificuldades em concretizar todas as propostas apresentadas, porém com perspectiva de recuperação no mesmo nível de faturamento de anos anteriores, em função do acréscimo da nossa carteira de pedidos e, também ao maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo.

Resultado Econômico

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no exercício de 2024 de R\$ 94,6 milhões, enquanto no mesmo período de 2023 foi apurado um prejuízo de R\$ 138,5 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R\$ 167,1 milhões na controladora e R\$ 239,0 milhões no consolidado, créditos que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN.

A carteira de pedidos da IESA e da coligada ENISA, apresenta uma estabilidade em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Evolução do Plano de Recuperação Judicial

Em 07 de novembro de 2022, o Grupo Inepar/Iesa, apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial, porém estamos aguardando a homologação da decisão.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

A EUROINVEST CO (UK) LTD, empresa estrangeira, de direito privado, e registrada no Reino Unido, com sede em Londres, peticionou nos autos da RJ apresentou uma proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG no valor equivalente em reais de US\$ 153, operação não concluída até o momento.

Da Continuidade das operações

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas do Grupo Inepar/Iesa, terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade de forma mais acelerada e habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Encerrar a sua recuperação judicial;
- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;
- A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade.

No médio e longo prazo, com a atual linha de produtos das empresas e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira, vai permitir que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a IESA informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e das suas controladas estão de acordo com as normas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2024

internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanco Patrimonial

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	111	783	126	797
Títulos e valores mobiliários		-	1	-	1
Contas a receber de clientes	7	1.089	490	1.202	604
Estoques	8	9.031	10.252	9.031	10.384
Tributos a recuperar	9	49.094	51.109	61.445	71.643
Dividendos a receber	10	-	-	14.796	14.796
Outros créditos	12	362	219	938	633
Total do Ativo Circulante		59.687	62.854	87.538	98.858
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber de clientes	7	89.467	89.467	89.467	89.467
Tributos a recuperar	9	33.902	32.413	46.249	43.916
Depósitos judiciais	11	4.395	9.311	19.668	24.405
Outros créditos	12	-	-	5	33
Investimentos	13	37.158	67.779	77.622	77.790
Imobilizado	14	12.145	13.146	34.765	38.584
Intangível	15	-	-	-	57
Total do Ativo Não Circulante		177.067	212.116	267.776	274.252
Total do Ativo		236.754	274.970	355.314	373.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por

JAIR MALPICA:66758378853

Dados: 2025.04.02 09:24:04

-03'00'

JAIR MALPICA

Contador

CRC: SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Balanco Patrimonial

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores		18.635	18.828	33.366	33.700
Empréstimos e financiamentos	16	73.962	60.825	147.706	134.569
Obrigações sociais e trabalhistas	17	49.935	45.868	148.744	143.031
Obrigações fiscais e tributárias	18	57.708	42.739	82.781	62.502
Adiantamentos sobre encomendas	20	32.459	32.900	32.459	32.900
Dividendos propostos		-	-	24	24
Outras contas a pagar	23	122.539	91.418	134.689	102.437
Total do Passivo Circulante		355.238	292.578	579.769	509.163
Não Circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Obrigações fiscais e tributárias	18	82.021	88.063	113.746	121.301
Partes relacionadas	21	496.277	499.958	284.122	276.390
Impostos diferidos	19.1	33.902	33.665	46.249	45.474
Provisões para contingências	22	56.643	57.256	105.754	100.986
Provisão para passivo a descoberto		-	-	12.099	11.345
Total do Passivo Não Circulante		668.843	678.942	561.970	555.496
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	24.1	200.809	200.809	200.809	200.809
Prejuízos acumulados		(1.052.570)	(962.086)	(1.052.570)	(962.086)
Ajuste de avaliação patrimonial		64.434	64.727	64.434	64.727
		(787.327)	(696.550)	(787.327)	(696.550)
Patrimônio líquido dos minoritários		-	-	902	5.001
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(787.327)	(696.550)	(786.425)	(691.549)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		236.754	274.970	355.314	373.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2025.04.02 09:24:29 -03'00'

JAIR MALPICA

Contador

CRC: SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração de Resultado

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	
Receita operacional líquida	25	4.653	6.483	4.653	6.483
Custos dos produtos e serviços	32	(6.132)	(9.168)	(6.841)	(9.688)
Lucro bruto	30	(1.479)	(2.685)	(2.188)	(3.205)
Receitas [Despesas] operacionais		(42.982)	2.493	(33.952)	(31.197)
Despesas com vendas		(522)	(576)	(1.142)	(1.110)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(2.619)	(374)	(3.129)	(374)
Provisões para contingências		(6.589)	(1.403)	(3.227)	(5.707)
Administrativas e gerais		(8.055)	(8.082)	(13.840)	(15.996)
Outras receitas e despesas operacionais	28	5.264	(5.423)	(11.874)	(5.939)
Resultado da equivalência patrimonial		(30.461)	18.351	(740)	(2.071)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(44.461)	(192)	(36.140)	(34.402)
Despesas financeiras	27	(48.738)	(37.381)	(61.479)	(88.861)
Receitas financeiras	27	1.332	59	1.368	16.636
Resultado antes dos tributos s/ o lucro		(91.867)	(37.514)	(96.251)	(106.627)
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Diferidos	19.2	1.251	173.440	1.557	245.150
Resultado antes da participação s/ o lucro		(90.616)	135.926	(94.694)	138.523
Participação dos empregados/administradores		-	-	-	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		(90.616)	135.926	(94.694)	138.523
Atribuído a:					
Participação acionistas minoritários				(90.616)	135.926
Participação acionistas minoritários				(4.078)	2.597
				(94.694)	138.523
Quantidade de ações ao final do período				<u>200.808.514</u>	<u>200.808.514</u>
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$				<u>(451,26)</u>	<u>676,89</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2025.04.02 09:24:48 -03'00'

JAIR MALPICA

Contador

CRC: SP-100417/O-6

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Resultados Abrangentes		Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
			Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Saldos Iniciais em 1 de Janeiro de 2023	200.809	(1.103.510)	6.693	69.269	(826.739)	3.124	(823.615)
Resultado do exercício		135.926			135.926	2.597	138.523
Ajuste de ganho na conversão de debêntures perpétuas				(5.737)	(5.737)	-	(5.737)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	(720)	(720)
Outros Resultados Abrangentes					(5.737)	(720)	(6.457)
Resultado Abrangente Total					130.189	1.877	132.066
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		5.498	(5.498)		-		-
Saldos finais em 31 de Dezembro de 2023	200.809	(962.086)	1.195	63.532	(696.550)	5.001	(691.549)
Resultado do período		(90.616)			(90.616)	(4.078)	(94.694)
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas				(161)	(161)	-	(161)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior					-	(21)	(21)
Outros Resultados Abrangentes					(161)	(21)	(182)
Resultado Abrangente Total					(90.777)	(4.099)	(94.876)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado		132	(132)		-		-
Saldos finais em 31 de Dezembro de 2024	200.809	(1.052.570)	1.063	63.371	(787.327)	902	(786.425)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023	Acumulado Atual 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/12/2023
Resultado líquido do período	(85.463)	135.926	(85.463)	135.926
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(1)	-	(1)	-
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(161)	-	(183)	(720)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	(5.737)	-	(5.737)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(3.375)	2.597
Resultado abrangente do período	(85.625)	130.189	(89.022)	132.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do IR e CS	(91.867)	(37.514)	(96.251)	(106.627)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.069	1.079	1.889	2.749
Baixas de imobilizado	135	-	2.190	77.320
Resultado da avaliação de investimentos	30.461	(18.351)	740	2.071
Baixa de Investimento	-	(44)	-	(3.321)
Participação de acionistas minoritários	-	-	4.078	(2.597)
Juros sobre empréstimos	13.137	8.748	13.137	(35.368)
Provisões (Reversões)	(614)	507	4.768	4.562
Resultado do exercício ajustado	(47.679)	(45.575)	(69.449)	(61.211)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de clientes	(599)	4.791	(598)	4.677
Estoques	1.221	(3.067)	1.353	(3.140)
Tributos a recuperar	2.014	2.879	10.197	6.592
Outros créditos	4.773	(370)	382	36.041
	7.409	4.233	11.334	44.170
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	(193)	971	(334)	394
Obrigações sociais e trabalhistas	4.067	4.411	5.713	6.889
Obrigações fiscais e tributárias	8.927	(8.998)	12.724	(5.172)
Adiantamentos sobre encomendas	(441)	(235)	(441)	(243)
Outras contas a pagar	31.121	(4.240)	32.252	(2.862)
	43.481	(8.091)	49.914	(994)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	3.211	(49.433)	(8.201)	(18.035)
Atividades de investimentos				
Aquisições imobilizados e Intangíveis	(203)	(313)	(203)	(313)
Títulos e Valores Mobiliários	1	(1)	1	(1)
Partes relacionadas	(4)	-	30.678	(81.094)
Caixa consumido pelas atividades de investimentos	(206)	(314)	30.476	(81.408)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	25.423	-	31.889
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	(17.700)	-	(17.700)
Partes relacionadas	(3.677)	41.119	(22.946)	84.338
Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(3.677)	48.842	(22.946)	98.527
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	(672)	(905)	(671)	(916)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	783	1.688	797	1.713
Saldo final do caixa e equivalentes	111	783	126	797
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	(672)	(905)	(671)	(916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 29.918.943/0008-56

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	8.307	9.082	4.433	3.940
Venda de mercadorias, produtos e serviços	5.662	7.874	5.662	7.874
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.619)	(374)	(3.130)	(374)
Outras Receitas/Despesas	5.264	1.582	1.901	(3.560)
Insumos adquiridos de terceiros	(12.873)	(16.272)	(27.511)	(21.326)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(5.295)	(5.051)	(6.004)	(5.571)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.578)	(11.221)	(21.507)	(15.755)
Valor adicionado bruto	(4.566)	(7.190)	(23.078)	(17.386)
Depreciação e Amortização	(1.233)	(1.253)	(2.052)	(2.923)
Valor adicionado líquido	(5.799)	(8.443)	(25.130)	(20.309)
Valor adicionado recebido em transferência	(29.129)	18.410	629	14.565
Resultado de Equivalência Patrimonial	(30.461)	18.351	(740)	(2.071)
Receitas Financeiras	1.332	59	1.369	16.636
Valor adicionado total a distribuir	(34.928)	9.967	(24.501)	(5.744)
Distribuição do valor adicionado				
Bens destinado a vendas				
Pessoal	5.934	5.636	7.422	7.286
Salários e encargos	3.766	3.580	4.323	4.467
Benefícios	1.849	1.768	2.703	2.464
FGTS	319	288	396	355
Impostos, taxas e contribuições	941	(169.052)	1.116	(240.539)
Federais	545	(169.672)	720	(241.159)
Estaduais	380	580	380	580
Municipais	16	40	16	40
Remuneração de capitais de terceiros	48.813	37.457	61.655	88.986
Juros	48.738	37.382	61.479	88.861
Aluguéis	75	75	176	125
Remuneração de capitais próprios	(90.616)	135.926	(94.694)	138.523
Lucro/Prejuízo do exercício	(90.616)	135.926	(90.616)	135.926
Participação de acionistas minoritários	-	-	(4.078)	2.597
Valor adicionado total distribuído	(34.928)	9.967	(24.501)	(5.744)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A IESA – PROJETOS, EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 29.918.943/0008-56, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0019699 6. Está sediada na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Manoel de Abreu, s/nº KM 4,5 – Zona Rural, CEP 14.806-500.

A Companhia tem como atividade preponderante oferecer, para os setores de infraestrutura e indústria, estudos e projetos de engenharia, prestação de serviços de consultoria, gerenciamento e administração, execução de serviços de construções, montagens e assistência técnica relacionada às áreas de siderurgia, mineração e metalurgia; levantamento de carga; movimentação de materiais a granel; petróleo; gás; química e petroquímica; portuário; metroferroviário; saneamento básico e ambiental; papel e celulose; linhas de transmissão, redes e subestações de energia elétrica e telecomunicações.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

1.1 PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, protocolaram o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

O Grupo Inepar /IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.

-Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

-Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.

-Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos dos Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo Inepar/Ilesa.

O Grupo Inepar/Ilesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, considerando os 3 últimos anos.

O Grupo Inepar/Ilesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, as Empresas Inepar/IESA cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Controladora emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos.

Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI's IPM e IOG.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,10	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

2.2 As demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

NOTA 3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	Participação %	
	31/12/2024	31/12/2023
IESA Óleo & Gás S.A.	88	88
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	100	100

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pela NBC TG 36 (R3) e alterações incluídas através da IFRS 10, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;

d) Destaque dos valores das participações dos minoritários no patrimônio líquido e no resultado; e,

e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

· Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

· Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

· Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial **Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período** **findo em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

CPC 47/IFRS 15- Receita de contratos com cliente

A partir de 1/1/2018 entrou em vigor essa norma que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passo 3: Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos serviços prometidos a um cliente;

Passo 4: Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 – Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;
- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 4 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de impairment para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados é igual aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções N.º 475/08 e 550/08., apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIAS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 conforme	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 conforme	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				balanço patrimonial Circulante		
Caixa e bancos	783	-	783	Fornecedores	18.828	18.828
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	60.825	60.825
Contas a receber	-	490	490	Outras contas a pagar	91.418	91.418
Outros créditos	-	219	219			
Total circulante	783	709	1.492	Total circulante	171.071	171.071
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Total não circulante	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	783	90.176	90.959	TOTAL GERAL	171.071	171.071

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial Circulante	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Caixa e bancos	111	-	111	Fornecedores	18.635	18.635
Contas a receber	-	1.089	1.089	Empréstimos e financ. (a)	73.962	73.962
Outros créditos	-	362	362	Outras contas a pagar	122.539	122.539
Total circulante	111	1.451	1.562	Total circulante	215.136	215.136
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
Total não circulante	-	89.467	89.467	Total não circulante	-	-
TOTAL GERAL	111	90.918	91.029	TOTAL GERAL	215.136	215.136

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos			Total		Custo amortizado	Total
	a valor justo	Custo amortizado	Outros				
	por meio de resultado		ativos financeiros				
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	797	-	-	797	Fornecedores	33.700	33.700
Aplicações financeiras	-	-	-	-	Empréstimos e financ. (a)	134.569	134.569
Contas a receber	-	604	-	604	Títulos a pagar	-	-
Títulos valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	102.437	102.437
Outros créditos	-	633	-	633	Total Circulante	270.706	270.706
Total circulante	797	1.237	-	2.034			
Não circulante					Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	-	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	33	33	Total Não circulante	-	-
Total Não circulante	-	89.467	33	89.500			
TOTAL GERAL	797	90.704	33	91.534	TOTAL GERAL	270.706	270.706

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos			Total		Custo amortizado	Total
	a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros ativos financeiros				
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	126	-	-	126	Fornecedores	33.366	33.366
Contas a receber	-	1.202	-	1.202	Empréstimos e financ. (a)	147.706	147.706
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	Outras contas a pagar	134.689	134.689
Outros créditos	-	938	-	938	Total Circulante	315.761	315.761
Total circulante	126	2.140	-	2.266			
Não circulante					Não circulante		
Contas a receber	-	89.467	-	89.467	Empréstimos e financ. (a)	-	-
Outros créditos	-	-	33	33	Total não circulante	-	-
Total não circulante	-	89.467	33	89.500			
TOTAL GERAL	126	91.607	33	91.766	TOTAL GERAL	315.761	315.761

(a) Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e Bancos	111	783	126	797
Total	111	783	126	797

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem as contas de caixa, contas correntes bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cientes Interno	133.563	133.363	151.227	151.027
Títulos descontados	-	(399)	-	(399)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(43.007)	(43.007)	(60.558)	(60.557)
Total Circulante	90.556	89.957	90.669	90.071
Circulante	1.089	490	1.202	604
Não circulante	89.467	89.467	89.467	89.467

Os valores contabilizados em Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

O saldo no valor de R\$ 89.467, classificado no ativo não circulante, refere-se ao pleito discutido judicialmente e reconhecido em 30 de junho de 2021, com trânsito em julgado e crédito constituído sobre o reconhecimento da causa em favor da empresa.

A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos. Neste exercício a controladora não apresentou movimentação.

NOTA 8 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Produtos em elaboração	3.653	4.032	3.653	4.033
Insumos e materiais	5.037	4.037	5.037	4.037
Adiantamentos a fornecedores	341	2.183	341	2.314
Total	9.031	10.252	9.031	10.384

O saldo de estoques em elaboração refere-se aos custos das obras em andamento que foram apurados pela Companhia e que ainda não foram faturados aos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Quanto ao saldo dos estoques de insumos e materiais, refere-se aos produtos comprados e que ainda não foram requisitadas para a linha de fabricação.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 9 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS Retido na Fonte	20	19	20	19
ICMS	29	2	42	103
IPI	4	-	4	37
IRPJ Diferido S/Diferenças Temporárias	24.930	23.853	34.009	32.311
CSLL Diferido S/Diferenças Temporárias	8.972	8.560	12.240	11.606
IRRF/ CSLL Retido na Fonte	4	-	4	157
Créditos Reintegra (a)	205	205	7.864	16.819
Prov. Perda Impostos	-	-	-	(194)
Outros (b)	48.832	50.883	53.511	54.701
	82.996	83.522	107.694	115.559
Circulante	49.094	51.109	61.445	71.643
Não circulante	33.902	32.413	46.249	43.916

- (a) Refere-se aos créditos de ressarcimento do programa Reintegra obtidos pelas exportações dos materiais do Projeto de Charqueadas, fornecimentos de equipamentos para a Tupi-BV;
- (b) Refere-se ao crédito do Pis e Cofins sobre o ICMS, recuperado conforme Decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), cujos valores estamos utilizando para pagamentos dos impostos correntes.

NOTA 10 – DIVIDENDOS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a receber	14.796	14.796
	14.796	14.796

Refere-se a dividendos a receber de empresas constituídas com fins específicos de realizar projetos de infraestrutura.

NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.740	1.740	10.209	10.152
Tributários	420	423	420	423
Cíveis	2.235	7.148	9.039	13.830
Total	4.395	9.311	19.668	24.405

Trabalhistas – Referem-se às reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios em que a Companhia está discutindo judicialmente.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cíveis – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança, indenização e valores bloqueados por instituições financeiras, cujos valores a empresa está em tratativas para a devolução.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a empregados	343	200	343	200
Adiantamentos a fornecedores	-	-	576	413
Outros	19	19	24	53
Total	362	219	943	666
Circulante	362	219	938	633
Não circulante	-	-	5	33

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas e Coligadas (a)	37.158	67.779	33.569	33.737
Propriedade para Investimento (b)	-	-	44.053	44.053
	37.158	67.779	77.622	77.790

(a) Participações em empresas controladas e coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência 31/12/2024	Investimentos	
					31/12/2024	31/12/2023
Controladas e Coligadas						
IESA Óleo & Gás S.A.	102.996	7.513	(33.980)	(29.903)	6.611	36.674
IESA Tecnologia e Transportes S.A.	56.747	29.947	(558)	(558)	29.947	30.505
FIDC (c)	-	-	-	-	600	600
				(30.461)	37.158	67.779
	Quantidade de ações (em milhares)		Participação em	Participação no capital votante em %		
	O. N.		%			
Controladas e Coligadas						
IESA Óleo & Gás S.A.		58.077	88	88,00		
IESA Tecnologia e Transportes S.A.		56.747	100	100,00		

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo preço de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Investimentos consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2023							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.810	16,66%	-	-
QUIP S.A.	92.181	157.089	(16.554)	(64.908)	13,25%	-	(2.141)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.214	4.329	(596)	151.653	19,53%	29.618	116
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(131)	(993)	35,00%	-	(46)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC ©	-	-	-	-	-	600	-
TOTAL	387.175	273.754	176	112.657		77.790	(2.071)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2024							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.810	16,66%	-	-
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676)	(83.564)	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	(1.164)	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC ©	-	-	-	-	-	600	-
TOTAL	374.813	281.279	12.197	93.552		77.622	(740)

c) FIDC Taranis

Corresponde ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados, constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal como definidos pela legislação vigente. As cotas do fundo serão resgatadas em virtude de liquidação do Fundo, em conformidade com o disposto no regulamento.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação	2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%		
Em 31 de Dezembro de 2023								
Custo	-	8.188	32.229	1.108	1.319	8.472	-	51.316
Depreciação Acumulada	-	(4.344)	(23.706)	(1.081)	(759)	(8.280)	-	(38.170)
Valor contábil líquido	-	3.844	8.523	27	560	192	-	13.146
Adições	-	19	67	-	65	52	-	203
Baixas	-	-	(254)	-	-	-	-	(254)
Depreciação	-	(240)	(775)	(1)	(34)	(19)	-	(1.069)
Baixas da Depreciação	-	-	119	-	-	-	-	119
Saldo Final	-	3.623	7.680	26	591	225	-	12.145
Em 31 de Dezembro de 2024								
Custo	-	8.207	32.042	1.108	1.384	8.524	-	51.265
Depreciação Acumulada	-	(4.584)	(24.362)	(1.082)	(793)	(8.299)	-	(39.120)
Valor contábil líquido	-	3.623	7.680	26	591	225	-	12.145
Consolidado								
	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Benfeitorias em	Informática	Outras	Total
	Terrenos	Instalações	Equipamentos	Utensílios	Prop. de Terceiros	Hardware/Software	Imobilizações	
	4%	10, 15 e 20%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%		
Em 31 de Dezembro de 2023								
Custo	4.400	27.337	45.521	3.520	2.429	8.670	1.274	93.151
Depreciação Acumulada	-	(6.458)	(34.186)	(3.491)	(1.122)	(8.478)	(832)	(54.567)
Valor contábil líquido	4.400	20.879	11.335	29	1.307	192	442	38.584
Adições	-	19	67	-	65	52	-	203
Baixas	-	(1.716)	(285)	-	-	-	(747)	(2.748)
Depreciação	-	(358)	(1.374)	(3)	(78)	(19)	-	(1.832)
Baixas da Depreciação	-	-	158	-	-	-	400	558
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	4.400	18.824	9.901	26	1.294	225	95	34.765
Em 31 de Dezembro de 2024								
Custo	4.400	25.640	45.303	3.520	2.494	8.722	527	90.606
Depreciação Acumulada	-	(6.816)	(35.402)	(3.494)	(1.200)	(8.497)	(432)	(55.841)
Valor contábil líquido	4.400	18.824	9.901	26	1.294	225	95	34.765

A Companhia procedeu à avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos da Companhia foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Consolidado

	Software	Software arrendado	Implantação de novos processos	Total
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	19.022	15.908	71	35.001
Amort. Acumulada	(19.022)	(15.851)	(71)	(34.944)
Valor líquido contábil	-	57	-	57
Amortização	-	(57)	-	(57)
Transferências	-	-	-	-
Saldo Final	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	19.022	15.908	71	35.000
Amort. Acumulada	(19.022)	(15.908)	(71)	(35.000)
Valor líquido contábil	-	-	-	-

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Modalidades				
Capital de Giro	73.962	60.825	147.706	134.569
Total Circulante	73.962	60.825	147.706	134.569
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Por data de vencimento				
Vencidos em negociação	73.962	60.825	147.706	134.569
Total de Empréstimos e Financiamentos	73.962	60.825	147.706	134.569

- a) Os valores na controladora referem-se a contratos de empréstimos para utilização em capital de giro, e no consolidado além dos recursos para capital de giro da controladora, são recursos que foram utilizados na construção das instalações de Charqueadas para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a IESA e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo.

Estes passivos estão sendo discutidos entre as partes para a total liquidação.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	11.038	11.293	70.847	71.143
INSS a recolher	9.563	7.340	10.790	8.239
FGTS a recolher	22.171	21.151	43.864	41.314
IRRF a recolher	5.122	4.140	6.171	5.048
Provisão de férias e encargos	2.041	1.944	2.318	2.270
Outros	-	-	14.754	15.017
Total	49.935	45.868	148.744	143.031
Circulante	49.934	45.868	148.744	143.031

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	7.190	6.821	16.174	15.135
ISS parcelamento	2.895	2.678	7.508	7.041
Pis/Cofins a recolher	4.183	3.635	4.325	3.768
Pis/Cofins diferidos	16.843	16.843	16.843	17.237
PIS/COFINS Parcelamento	-	-	5	5
ICMS a recolher	12.407	11.649	14.843	13.978
Impostos e contribuições a recolher-diversos	1.116	938	1.783	1.497
Parcelamentos Transação Individual PGFN (a)	93.487	86.610	129.459	119.819
Parcelamentos Excepcional	1.606	20	2.161	667
Parcelamentos PGDAU	-	1.608	-	1.608
Outros	2	-	3.426	3.048
Total	139.729	130.802	196.527	183.803
Circulante	57.708	42.739	82.781	62.502
Não circulante	82.021	88.063	113.746	121.301

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% de juros e multas a cada uma das inscrições. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Nestes termos, este acordo com PGFN, possibilitou o pagamento de R\$ 167,1 milhões dos débitos da Transação Individual da empresa, com a monetização dos créditos oriundos de prejuízos fiscais, permanecendo um saldo devedor a vencer no valor de R\$ 62,9 milhões, sendo R\$ 39,7 milhões para dívidas previdenciárias com pagamentos mensais a partir de entre 30/09/2025, e R\$ 23,1 milhões para os demais débitos com pagamentos mensais a partir de 30/04/2029.

Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 19 – TRIBUTOS DIFERIDOS

19.1 Tributos Diferidos

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	32.413	32.413	593	4.067	29.005	33.665
Constituição dos Tributos	3.359	3.359	55	1.895	-	1.950
Baixa dos Tributos	(1.870)	(1.870)	(186)	(1.527)	-	(1.713)
Em 31 de dezembro de 2024	33.902	33.902	462	4.435	29.005	33.902

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Outros Impostos Diferidos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	43.917	43.917	924	4.574	39.976	45.474
Constituição dos Tributos	4.603	4.603	55	2.390	-	2.445
Baixa dos Tributos	(2.271)	(2.271)	(186)	(1.484)	-	(1.670)
Em 31 de dezembro de 2024	46.249	46.249	793	5.480	39.976	46.249

O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização ou na compensação das diferenças temporárias ou até o montante dos tributos diferidos passivos provisionados.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(91.867)	(37.514)	(96.251)	(106.627)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.357)	6.239	(252)	6.959
Adições e Exclusões Permanentes	11.608	167.201	1.809	238.189
IRPJ / CSLL no Resultado	1.251	173.440	1.557	245.150
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	1.251	173.440	1.557	245.150
Alíquota Efetiva	1,36%	462,33%	1,62%	229,91%

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS SOBRE ENCOMENDAS

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de venda de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2024:

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CBD Administração e Participação S/A (ii)	26	22	26	22
Inepar S/A Indústria e Construções (i)	-	-	-	31.102
QUIP	-	-	940	520
	26	22	966	31.644

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	195.995	215.383	203.542	219.907
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	12.864	13.817	13.609	14.563
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	214.419	218.231	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A(ii)	2.942	2.179	2.943	2.179
Cia Brasileira de Diques S/A.(ii)	-	-	-	26.505
QGI - Brasil S/A.(ii)	-	-	28.349	28.349
CBD Administração e Participações.(II)	20.114	-	20.114	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (iv)	16.531	16.531	16.531	16.531
IESA Transportes S.A. (iii)	33.438	33.839	-	-
	496.303	499.980	285.088	308.034

Saldo Líquido das Partes Relacionadas	496.277	499.958	284.122	276.390
(i) <i>sociedade controladora</i>				
(ii) <i>sociedade ligada</i>				
(iii) <i>sociedade controlada</i>				
(iv) <i>sociedade coligada</i>				

Contas Correntes – abaixo a movimentação das contas correntes com a empresa controladora e com as empresas ligadas.

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2023	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2024
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	-	-	-	31.102	(31.102)	-
Enisa Energia e Infraestrutura S/A (ii)	22	4	26	22	4	26
QUIP S/A	-	-	-	520	420	940
	22	4	26	31.644	30.678	966

PASSIVO	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 31/12/2023	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições e Baixas	Saldo em 31/12/2024
Inepar S.A. Ind. e Construções (i)	215.383	(19.388)	195.995	219.907	(16.365)	203.542
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (ii)	13.817	(953)	12.864	14.563	(954)	13.609
IESA Óleo & Gás S.A. (ii)	218.231	(3.812)	214.419	-	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura S/A (ii)	2.179	763	2.942	2.179	764	2.943
Cia Brasileira de Diques S/A.(v)	-	-	-	26.505	(26.505)	-
CBD Administração e Participações S/A	-	20.114	20.114	-	20.114	20.114
QGI - Brasil S/A	-	-	-	28.349	-	28.349
Inepar Administração e Participações S.A. (iv)	-	-	-	-	-	-
Penta Participações e Investimentos Ltda. (v)	16.531	-	16.531	16.531	-	16.531
IESA Transportes S.A. (iii)	33.839	(401)	33.438	-	-	-
	499.980	(3.677)	496.303	308.034	(22.946)	285.088

Saldo Líquido das Partes Relacionadas	499.958	496.277	276.390	284.122
--	----------------	----------------	----------------	----------------

A evolução dos saldos decorre, principalmente, da movimentação de recebimentos e pagamentos e de outras transferências de numerários.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 22 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão. Tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Provável		Provável	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	57.256	56.749	100.986	96.424
Adições	(613)	507	4.768	4.562
Saldo final	56.643	57.256	105.754	100.986

	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	98.286	20.901	100.287	28.103	111.773	46.013	113.059	50.570
Tributárias	4.168	18.779	23.193	14.810	47.240	19.616	73.824	16.847
Cíveis	90.909	16.880	83.353	14.260	225.968	40.042	144.562	33.487
Outras	-	83	-	83	-	83	-	83
	193.363	56.643	206.833	57.256	384.981	105.754	331.445	100.986

- Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.
- Trabalhistas** - reclamações trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios.
- Tributários** - constituídos basicamente por processos da área municipal (IPTU/ISS), estadual (ICMS) e Federal (Pis/Cofins/IR/INSS), neste exercício complementamos os valores que constaram no extrato da Receita/PGFN.

NOTA 23 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Delft Administração e Participações S.A.	6.129	5.753	6.129	5.753
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	2.617	2.617
Provisão de outras contas a pagar	116.410	85.665	125.943	94.067
	122.539	91.418	134.689	102.437
Circulante	122.539	91.418	134.689	102.437

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No valor de R\$ 125.943 no consolidado estão incluídas as provisões dos passivos considerados no plano de recuperação judicial, cujos valores ainda não foram apresentados os respectivos documentos fiscais.

NOTA 24 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no consolidado que representa R\$ 12.099 (R\$ 11.345 em 31/12/2023), referentes as empresas que não consolidam na controlada lesa Projetos.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 25.1 Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 200.809, representado por 200.808.514 (duzentos milhões, oitocentos e oito mil e quinhentos e quatorze) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal.

Nota 25.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se, principalmente, à diferença entre o passivo baixado dos valores constantes do Plano de Recuperação Judicial e o valor justo das debêntures perpétuas emitidas pela Companhia controladora. O lançamento classificado no Patrimônio Líquido está baseado em Parecer contábil emitido pelo Professor Eliseu Martins e está de acordo com as Normas Contábeis vigentes.

Nota 25.3 Destinação Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 26 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas/Prestação de serviços mercado interno	5.739	7.969	5.739	7.969
(-) Impostos sobre as vendas	(1.086)	(1.486)	(1.086)	(1.486)
	4.653	6.483	4.653	6.483

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da lesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 27 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras				
Financeiras (a)	(37.072)	(25.029)	(49.800)	(76.446)
Juros s/ impostos e contrib.	(11.410)	(12.174)	(11.423)	(12.187)
Outras despesas financeiras	(257)	(179)	(256)	(178)
Variações cambiais	1	1	-	(50)
Total de Despesas	(48.738)	(37.381)	(61.479)	(88.861)
Receitas Financeiras				
Financeiras	17	22	17	22
Outras receitas financeiras (b)	1.315	37	1.351	16.614
Total de Receitas	1.332	59	1.368	16.636
	(47.406)	(37.322)	(60.111)	(72.225)

- a) Os valores de despesas financeiras são decorrentes, principalmente, das atualizações dos empréstimos e financiamentos.
- b) Na rubrica de outras receitas financeiras estão consideradas as atualizações dos depósitos judiciais resgatados neste exercício.

NOTA 28– OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas tributárias	(203)	(284)	(9.159)	(435)
Ociosidade da fábrica (a)	(5.053)	(4.747)	(5.053)	(4.747)
Reversão de provisões diversas (b)	10.351	1.156	12.813	(8.567)
Receitas de aluguel	872	1.687	872	1.687
Outras recuperações	261	2.113	2.280	14.490
Despesas indedutíveis	(395)	(162)	(2.199)	(189)
Outras receitas/despesas	(1.208)	(5.187)	(10.503)	(6.022)
Resultado na venda do imobilizado	639	1	(925)	(2.156)
Total líquido	5.264	(5.423)	(11.874)	(5.939)

- a) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.
- b) As reversões das provisões foram efetuadas após novas análises sobre cada processo.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 29 – COBERTURA DE SEGUROS (não auditada)

A Empresa mantém seguro das áreas comuns das instalações onde estão cobertos eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do Condomínio.

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	8.891	9.555	9.658	10.594
Gastos Previdenciários	1.582	1.727	1.742	1.978
Total	10.473	11.282	11.400	12.572
Número de funcionários	228	236	306	324

Obs: No número de funcionários estão incluídos também os afastados.

NOTA 31 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas foram realizadas até este exercício os seguintes valores a título de remuneração dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de Conselheiros	860	537	860	537
Remuneração de Diretores	2.372	1.930	2.406	2.364
Total	3.232	2.467	3.266	2.901

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO (Consolidado)

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos/S erviços	Total
Receita bruta total	5.739	5.739
Impostos/Deduções	(1.086)	(1.086)
Custos dos Produtos e Serviços	(6.841)	(6.841)
Total	(2.188)	(2.188)

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 33 – RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(94.694)	138.523
Quantidade de ações ordinárias emitidas	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>
Total	<u>200.809</u>	<u>200.809</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação ordinária	(451,26)	676,89

NOTA 34 – TRATATIVAS QUE IRÃO GERAR EVENTOS SUBSEQUENTES:

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG.

d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

f) A Companhia está com um programa permanente para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

NOTA 35 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há fato relevante após o encerramento do exercício.

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial
Notas Explicativas da Administração sobre as informações Financeiras para o período
findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA:

Atilano de Oms Sobrinho – Presidente

Iraja Galliano Andrade – Diretor Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Iraja Galliano Andrade - Presidente

Di Marco Pozzo - Membro

Augusto Araújo Oms - Membro

JAIR MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR
MALPICA:66758378853
Dados: 2025.04.02 09:25:54 -03'00'

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

Araraquara - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo de auditoria

a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das demandas judiciais em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e da investida FIDC Taranis, tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "13", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2024, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo do exercício de R\$ 94.694 mil, no consolidado e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 492.231 mil, no consolidado, bem como patrimônio líquido a descoberto (negativo) de R\$ 787.327 mil, na controladora e R\$ 786.425 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa de R\$ 287.321 mil na controladora e R\$ 414.599 mil no consolidado, no ano-calendário de 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “18”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo.

No exercício anterior foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 239 milhões no consolidado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2025.

GEORGE
ANGNES:680977
60959

Assinado de forma digital
por GEORGE
ANGNES:68097760959
Dados: 2025.03.31
14:57:14 -03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/SP

GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S/SP